

Ofício nº 160/2021 – IMAP

Curitiba, 17 de março de 2021.

Assunto: Prestação de Contas Municipal

Senhor Presidente,

O Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP, inscrito no CNPJ nº 78.802.394/0001-99, por seu representante legal abaixo-assinado, vem por meio deste encaminhar os documentos que compõem a Prestação de Contas referente ao exercício financeiro de 2020.

Atenciosamente,



Alexandre Matschinske

Presidente do Instituto Municipal de Administração Pública

Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Curitiba
Rua Barão do Rio Branco, 720 - Centro
CEP: 80010-180 – Curitiba – PR

INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO DE 2020

LISTA DE SIGLAS

ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ANEXO 13 – BALANÇO FINANCEIRO

ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL

ANEXO 15 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ANEXO 17 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

ANEXO 18 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ANEXO 19 – DEMONSTRAÇÃO DOS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NOTAS EXPLICATIVAS

LISTA DE SIGLAS

BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
BP	Balanço Patrimonial
CEF	Caixa Econômica Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CIC	Companhia de Desenvolvimento de Curitiba
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COHAB	Companhia de Habitação Popular de Curitiba
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CTN	Código Tributário Nacional
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
FC	Departamento de Contabilidade da Finanças
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMS	Fundo Municipal de Saúde
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GTM	Gestão Tributária Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPMC	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba
IPSAS	<i>International Public Sector Accounting Standards</i>
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ISS	Imposto Sobre Serviços
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis
LOA	Lei Orçamentária Anual
LP	Longo Prazo
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LTDA	Limitada
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

NE	Notas Explicativas
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCE	Procedimentos Contábeis Específicos
PCO	Procedimentos Contábeis Orçamentários
PCP	Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PGM	Procuradoria Geral do Município
PIPCP	Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
RFB	Receita Federal do Brasil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RP	Restos a Pagar
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SGP	Sistema de Gestão Pública
SMF	Secretaria Municipal de Finanças
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TCU	Tribunal de Contas da União
URBS	Urbanização de Curitiba S/A
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva



INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período : 01/01/2020 à 31/12/2020

Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	3.567.000,00	3.567.000,00	3.815.174,85	248.174,85
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio Do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	224.000,00	224.000,00	49.400,43	-174.599,57
Exploração Do Patrimônio Imobiliário Do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	224.000,00	224.000,00	49.400,43	-174.599,57
Delegação de Serviços Públicos mediante Concessão, Permissão, Autorização Ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração Do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.000,00	4.000,00	0,00	-4.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.000,00	4.000,00	0,00	-4.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de Suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de Suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.339.000,00	3.339.000,00	3.765.774,42	426.774,42
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	172.000,00	172.000,00	81.507,49	-90.492,51
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Diversas	3.167.000,00	3.167.000,00	3.684.266,93	517.266,93
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de Suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Dív. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00



INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período : 01/01/2020 à 31/12/2020

Exercício: 2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c - b)
Receitas de Capital Diversas x	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	3.567.000,00	3.567.000,00	3.815.174,85	248.174,85



INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período : 01/01/2020 à 31/12/2020

Exercício: 2020

OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	3.567.000,00	3.567.000,00	3.815.174,85	248.174,85
DÉFICIT (VII)	14.981.000,00	17.425.357,74	13.501.735,69	-3.923.622,05
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	18.548.000,00	20.992.357,74	17.316.910,54	-3.675.447,20
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	2.190.187,77	2.190.187,77	0,00
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro	0,00	2.190.187,77	2.190.187,77	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00			0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS			0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	18.501.000,00	20.945.357,74	17.278.958,42	16.852.426,68	16.418.912,36	3.666.399,32
Pessoal e Encargos Sociais	8.705.000,00	9.304.698,45	8.046.426,14	8.046.426,14	8.046.426,14	1.258.272,31
Outras Despesas Correntes	9.796.000,00	11.640.659,29	9.232.532,28	8.806.000,54	8.372.486,22	2.408.127,01
DESPESAS DE CAPITAL (X)	47.000,00	47.000,00	37.952,12	37.952,12	37.952,12	9.047,88
Investimentos	47.000,00	47.000,00	37.952,12	37.952,12	37.952,12	9.047,88
RESERVA DE RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	18.548.000,00	20.992.357,74	17.316.910,54	16.890.378,80	16.456.864,48	3.675.447,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REFINANCIAMENTO (XIV)						
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	18.548.000,00	20.992.357,74	17.316.910,54	16.890.378,80	16.456.864,48	3.675.447,20
SUPERÁVIT (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	18.548.000,00	20.992.357,74	17.316.910,54	16.890.378,80	16.456.864,48	3.675.447,20

Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário:

1) Foram abertos créditos com base no superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R\$ 2.190.187,77 (apresentado na linha SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIORES), sendo executados o valor de R\$ 2.190.187,77. Estes recursos foram fonte para abertura de créditos adicionais, que por motivo legal, não podem ser demonstrado como parte dos itens do Balanço Orçamentário que integram o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de referência, pois já o foi no exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício atual. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, tendo em vista o disposto na Lei 4.320/64.

2) De modo a propiciar uma análise da execução orçamentária do exercício em conjunto com a execução dos restos a pagar, apresentamos a seguir os quadros demonstrativos de execução de restos a pagar, um relativo aos restos a pagar não processados, outro relativo aos restos a pagar processados, com o mesmo detalhamento das despesas orçamentárias do balanço.



INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período : 01/01/2020 à 31/12/2020

Exercício: 2020

ANEXO 1 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	299.098,49	241.611,20	241.611,20	57.487,29	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	299.098,49	241.611,20	241.611,20	57.487,29	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	299.098,49	241.611,20	241.611,20	57.487,29	0,00

ANEXO 2 - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	449.036,07	449.036,07	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	449.036,07	449.036,07	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	449.036,07	449.036,07	0,00	0,00

3) Apresentamos a seguir as receitas e despesas Intra-Orçamentárias incluídas no Balanço orçamentário, que correspondem as operações existentes entre os órgãos do Município.

Anexo 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
		(a)	(b)	c = (b - a)
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.100.000,00	1.100.000,00	1.451.107,69	351.107,69
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.100.000,00	1.100.000,00	1.451.107,69	351.107,69
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Diversas	1.100.000,00	1.100.000,00	1.451.107,69	351.107,69
TOTAL DAS RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.100.000,00	1.100.000,00	1.451.107,69	351.107,69

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e-f)
DESPESAS CORRENTES	2.706.000,00	2.772.063,01	2.412.371,26	2.399.451,76	2.399.451,76	359.691,75
Pessoal e Encargos Sociais	1.139.000,00	1.205.000,00	1.104.764,88	1.104.764,88	1.104.764,88	100.235,12
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.567.000,00	1.567.063,01	1.307.606,38	1.294.686,88	1.294.686,88	259.456,63
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.706.000,00	2.772.063,01	2.412.371,26	2.399.451,76	2.399.451,76	359.691,75



INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período : 01/01/2020 à 31/12/2020

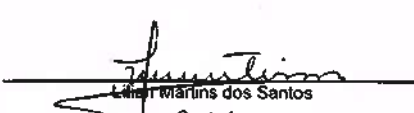
Exercício: 2020

4) Apresentamos a seguir as Interferências Financeiras recebidas e repassadas pela entidade no período

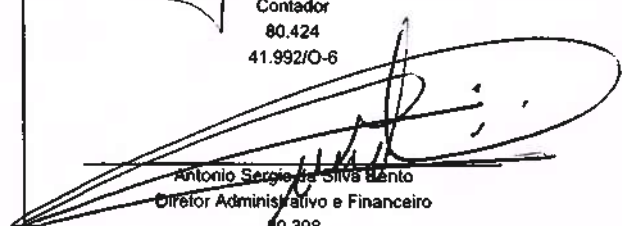
Anexo 4 - DEMONSTRATIVO DAS INTERFERÊNCIA RECEBIDAS E REPASSADAS:

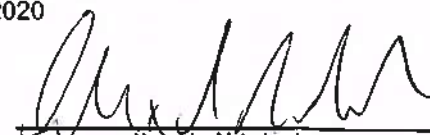
ENTIDADES	FONTE	INTERFERÊNCIAS RECEBIDAS	INTERFERÊNCIAS REPASSADAS
Prefeitura Municipal de Curitiba	001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	13.377.090,42	0,00
		13.377.090,42	0,00

Curitiba, 31 de Dezembro de 2020


Eliana Martins dos Santos

Contador
80.424
41.992/O-6


Antonio Sergio da Silva Bento
Diretor Administrativo e Financeiro
80.398


Alexandre Matschinske

Presidente
80.399

**INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****BALANÇO FINANCEIRO**

Exercício: 2020 Período (Mês): Dezembro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	3.815.174,85	3.907.420,17	Despesa Orçamentária (VI)	17.316.910,54	17.107.753,06
Ordinária/Livre	3.815.174,85	3.907.420,17	Ordinária/Livre	17.316.910,54	17.107.753,06
Recursos Ordinários / Livres	3.815.174,85	3.907.420,17	Recursos Ordinários / Livres	17.316.910,54	17.107.753,06
Vinculada	0,00	0,00	Vinculada	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Transferências Voluntárias	0,00	0,00	Transferências Voluntárias	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	Alienação de Bens	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	Operações de Crédito	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00
Transferências de Programas	0,00	0,00	Transferências de Programas	0,00	0,00
Emendas Parlamentares	0,00	0,00	Emendas Parlamentares	0,00	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00	Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	0,00	0,00
Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00	Cessão Onerosa - Pré-Sal	0,00	0,00
Valores Restituíveis	0,00	0,00	Valores Restituíveis	0,00	0,00
Outras Origens	0,00	0,00	Outras Origens	0,00	0,00
Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00			
Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00			
Transferências Financeiras Recebidas (II)	13.377.090,42	12.195.408,31	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	13.377.090,42	12.195.408,31	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00	Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)	3.194.419,80	3.109.805,51	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3.024.871,52	2.743.184,68
Inscrição de Restos a Pagar Processados	433.514,32	449.036,07	Pagamento de Restos a Pagar Processado	449.036,07	222.334,40
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	426.531,74	299.098,49	Pagamento de Restos a Pagar Não Processado	241.611,20	159.820,68
Realizável	0,00	0,00	Realizável	0,00	0,00
Valores Restituíveis	2.334.373,74	2.361.670,95	Valores Restituíveis	2.334.224,25	2.361.029,60
Saldo do Exercício Anterior (IV)	3.287.327,66	3.925.631,41	Saldo do Exercício Seguinte (IX)	3.332.230,67	3.287.327,66
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.287.327,66	3.925.631,41	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.332.230,67	3.287.327,66
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	23.674.012,73	23.138.265,40	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	23.674.012,73	23.138.265,40

Curitiba, 31 de Dezembro de 2020

Liliah Martins dos Santos

Contador

80.424

41.992/O-6

Antônio Sérgio da Silva Bento

Diretor Administrativo e Financeiro

80.398

Alexandre Matschinske

Presidente

80.399



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2020

Mês/Ano: 12/2020

ATIVO FINANCEIRO	3.332.230,67	3.287.327,66	PASSIVO FINANCEIRO	974.010,19	861.949,20
ATIVO PERMANENTE	1.168.215,77	1.011.575,54	PASSIVO PERMANENTE	2.422,72	0,00
SALDO PATRIMONIAL				3.524.013,53	3.436.954,00



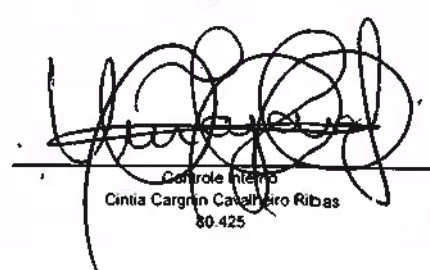
Quadro das Contas de Compensação

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	0,00	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneros a Receber	27.808,27	27.808,27
Direitos Contratuais a Executar	0,00	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	0,00	0,00
TOTAL	27.808,27	27.808,27
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneros a Liberar	0,00	0,00
Obrigações Contratuais a Executar	4.524.191,52	3.247.663,31
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	0,00	0,00
TOTAL	4.524.191,52	3.247.663,31


 Contadora
 Lilian Martins dos Santos
 80.424
 041992/O-6


 Presidente
 Alexandre Matschinske
 80.399


 Diretor Administrativo Financeiro
 Antonio Sérgio da Silva Bento
 80.398


 Controle Interno
 Cintia Cargnin Cavalheiro Ribas
 80.425

Anexo 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	249.889,30	235.190,68
069 - Receitas Intraorçamentárias - P. 969/05 STN	943.565,30	376.845,61
081 - Recursos Próprios do Instituto Municipal de Administração Pública	1.164.766,88	1.813.342,16
TOTAL	2.358.220,48	2.425.378,46



Instituto Municipal de Administração Pública
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo 15

Exercício: 2020

Período (Mês): 12

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.373.245,84	16.058.407,55
<u>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
<u>Contribuições</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
<u>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</u>	<u>3.911.205,19</u>	<u>3.636.801,43</u>
Venda de Mercadorias	0,00	0,00
Venda de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	3.911.205,19	3.636.801,43
<u>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</u>	<u>49.400,43</u>	<u>194.162,12</u>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	49.400,43	194.162,12
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras	0,00	0,00
<u>Transferências e Delegações Recebidas</u>	<u>13.377.090,42</u>	<u>12.195.408,31</u>
Transferências Intragovernamentais	13.377.090,42	12.195.408,31
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências Do Exterior	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
<u>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos</u>	<u>150,00</u>	<u>634,17</u>
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	150,00	634,17
<u>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</u>	<u>35.399,80</u>	<u>31.401,52</u>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	35.399,80	31.401,52
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.158.753,06	16.975.925,14
<u>Pessoal e Encargos</u>	<u>8.041.031,24</u>	<u>7.994.014,94</u>
Remuneração a Pessoal	6.370.450,86	6.367.306,39
Encargos Patronais	1.605.466,33	1.554.359,44
Benefícios a Pessoal	65.114,05	72.349,11
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00



Instituto Municipal de Administração Pública
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Anexo 15

Exercício: 2020

Período (Mês): 12

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	8.182.017,53	8.152.042,77
Uso de Material de Consumo	52.939,12	112.730,63
Serviços	8.071.737,25	7.978.899,77
Depreciação, Amortização e Exaustão	57.341,16	60.412,37
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7.817,62	742,38
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	7.817,62	742,38
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	868.791,40	765.562,90
Transferências Intragovernamentais	868.791,40	765.562,90
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.585,80	0,00
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	1.585,80	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	54.120,33	63.562,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	54.120,33	63.562,15
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços p	0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas - Cmv	0,00	0,00
Custo de Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados - Csp	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.389,14	0,00
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Vpd de Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.389,14	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	214.492,78	-917.517,59



Instituto Municipal de Administração Pública
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

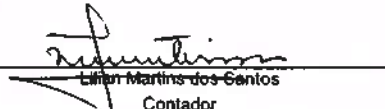
Anexo 15

Exercício: 2020 Período (Mês): 12

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS
(decorrentes da execução orçamentária)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativos	37.952,12	50.619,72
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00

Curitiba 31 de Dezembro de 2020


Lílton Martins dos Santos
Contador
80.424
41.992/O-6


Alexandre Matschinske
Presidente
80.399


Antônio Sérgio da Silva Bento
Diretor Administrativo e Financeiro
80.398



Instituto Municipal de Administração Pública
Demonstrativo da Dívida Flutuante
Exercício Financeiro de 2020

Anexo 17

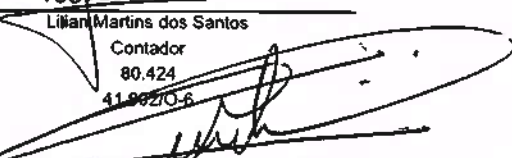
em R\$

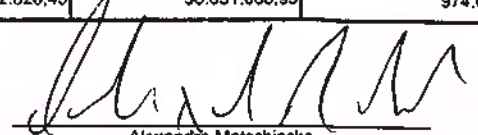
	Saldo Exercício Anterior	Inscrição	Baixa	Saldo para o Exercício Seguinte
CONTAS A PAGAR				
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00	19.014.477,33	18.587.945,59	426.531,74
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	16.891.597,12	16.458.082,80	433.514,32
Sub Total	0,00	35.906.074,45	35.046.028,39	860.046,06
RESTOS A PAGAR				
NÃO PROCESSADOS				
RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00	299.098,49	299.098,49	0,00
RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	241.611,20	241.611,20	0,00
PROCESSADOS				
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	449.036,07	0,00	449.036,07	0,00
RP PROCESSADOS A PAGAR	0,00	449.036,07	449.036,07	0,00
Sub Total	449.036,07	989.745,76	1.438.781,83	0,00
DEPÓSITOS				
Consignações	0,00	2.293.782,99	2.293.782,99	0,00
Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos Não Judiciais	113.814,64	40.590,75	40.441,26	113.964,13
Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Deixadas de Empenhar	0,00	6.636,18	6.636,18	0,00
Obrigações Deixadas de Empenhar (empenhado)	0,00	3.389,14	3.389,14	0,00
OUTROS CREDITORES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS CREDITORES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Valores Restituíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPRIMENTOS DE FUNDOS A PAGAR	0,00	2.609,16	2.609,16	0,00
Sub Total	113.814,64	2.347.008,22	2.346.858,73	113.964,13
TOTAL GERAL	562.850,71	39.242.828,43	38.831.668,95	974.010,19

01 Janeiro 2020 à 31 Dezembro 2020


Lilian Martins dos Santos

Contador
80.424
41.992/0-6


Antonio Sergio da Silva Bento
Diretor Administrativo e Financeiro
80.398


Alexandre Matschinske
Presidente
80.399



INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício: 2020

Mês: Dezembro

Emissão: 17/02/2021 11:14:08

Página: 1

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS	19.526.639,01	18.464.499,43
Receitas Derivadas e Originárias	3.815.174,85	3.907.420,17
Transferências Correntes Recebidas	13.377.090,42	12.195.408,31
Outros Ingressos Operacionais	2.334.373,74	2.361.670,95
DESEMBOLSOS	19.443.783,88	19.052.183,46
Pessoal e Outras Despesas Correntes por Função	17.109.559,63	16.691.153,86
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00
Outros Desembolsos Operacionais	2.334.224,25	2.361.029,60
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	82.855,13	-587.684,03
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
INGRESSOS	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Outros Ingressos de Investimento	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	37.952,12	50.619,72
Aquisição de Ativo Não Circulante	37.952,12	50.619,72
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Outros Desembolsos de Investimento	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-37.952,12	-50.619,72
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
INGRESSOS	0,00	0,00
Integralização Do Capital Social de Empresas Dependentes	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00
Outros Ingressos de Financiamento	0,00	0,00
Transferências de Capital Recebida	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
Amortização/refinanciamento da Dívida	0,00	0,00
Outros Desembolsos de Financiamento	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENCIA DE CAIXA	44.903,01	-638.303,75
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	3.287.327,66	3.925.631,41
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.332.230,67	3.287.327,66



INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício: 2020

Mês: Dezembro

Emissão: 17/02/2021 11:14:08

Página: 2

QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	87.871,00
Remuneração das Disponibilidades	49.400,43	194.162,12
Outras Receitas Originárias e Derivadas	3.765.774,42	3.625.387,05
Total das Receitas Derivadas e Originárias	3.815.174,85	3.907.420,17

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Recebidas		
Intergovernamental da União	0,00	0,00
Intergovernamental de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
Intergovernamental de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	13.377.090,42	12.195.408,31
Outras Transferências Recebidas	0,00	0,00
Total das Transferências Recebidas	13.377.090,42	12.195.408,31
Concedidas		
Intergovernamental da União	0,00	0,00
Intergovernamental de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
Intergovernamental de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais		
Outras Transferências Concedidas	0,00	0,00
Total das Transferências Concedidas	0,00	0,00

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DE MAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa	0,00	0,00
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	16.201.259,90	15.886.888,81
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Previdência Social	868.791,40	765.562,90
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício: 2020

Mês: Dezembro

Emissão: 17/02/2021 11:14:08

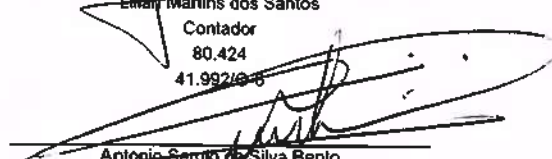
Página: 3

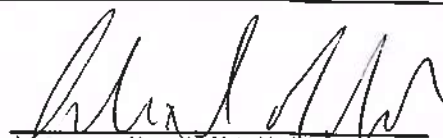
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Urbanismo	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	39.508,33	38.702,15
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	17.109.559,63	16.691.153,86

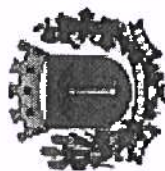
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correções Monetárias da Dívida Externa	0,00	0,00
Juros e Correções Monetárias da Dívida Interna	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

Curitiba 31 de Dezembro de 2020


Lilian Martins dos Santos
Contador
80.424
41.992/9-8


Antonio Sergio de Silva Bento
Diretor Administrativo e Financeiro
80.398


Alexandre Matschinske
Presidente
80.399



Instituto Municipal de Administração Pública
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício: 2020

Período(Mês) : Dezembro

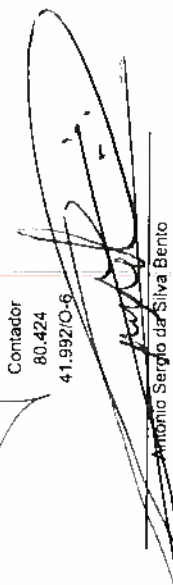
Data Emissão: 17/02/2021 11:05:38

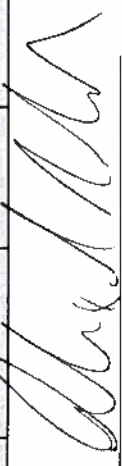
Página: 1

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.736.052,49	0,00	3.736.052,49
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate/Remissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros Sobre Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.492,78	0,00	214.492,78
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a Distribuir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS FINAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.950.545,27	0,00	3.950.545,27

Curitiba, 31 de Dezembro de 2020


Lilián Martins dos Santos
Contador
80.424
41.992/O-6


Antonio Sergio da Silva Bento
Diretor Administrativo e Financeiro
80.398


Alexandre Malschinske
Presidente
80.399

NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP é uma autarquia, órgão administrativo autônomo, criado por lei específica, com personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio próprio, atribuições específicas e vinculadas à Prefeitura Municipal de Curitiba, que tem por finalidade desenvolver, disseminar e implementar instrumentos e metodologias de aperfeiçoamento contínuo da Administração Pública, contribuindo para a transformação da sociedade.

As atividades operacionais do Instituto Municipal de Administração Pública durante o exercício de 2020 estão amparadas pela Lei Municipal nº 15.587, de 26 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2020.

As ações desenvolvidas pelo Instituto no exercício financeiro de 2020 estão agrupadas nas funções de Governo previstas na Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999: Administração, e Encargos Especiais.

As Demonstrações Contábeis deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Gestão Pública (SGP) e incluem dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Municipal de Administração Pública.

As Demonstrações Contábeis têm por objetivo principal fornecer, aos diversos usuários, informações que subsidiem os processos decisórios, a prestação de contas e a responsabilização (accountability) realizada durante o exercício de 2020. Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Instituto Municipal de Administração Pública.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2019, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

2 – BASE DE INFORMAÇÕES

As Demonstrações Contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de 19 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas a elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público (NBC TSP Estrutura Conceitual).

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas Demonstrações Contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

3 – PROCESSO DE CONVERGÊNCIA E IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

O Brasil iniciou o processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards - IPSAS*) devido às diversas transformações no cenário mundial. Este processo visa a adoção de regras e procedimentos contábeis sob uma mesma base conceitual visando a comparabilidade da situação econômico-financeira de vários países ou de entidades do setor público nacionais e/ou internacionais.

Para iniciar a convergência no âmbito do setor público, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria nº 184/08, que dispõe sobre os procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações contábeis convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A mesma portaria determinou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a responsabilidade do desenvolvimento de ações para tais mudanças, sendo publicado desde então o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que atualmente em sua 8ª edição, aborda os aspectos orçamentários, patrimoniais e fiscais de Contabilidade Pública através dos Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO), Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), Procedimentos Contábeis Específicos (PCE), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

Com base no que dispõe a mencionada portaria, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou em 2008 as dez primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

(NBCASP). Dando continuidade a convergência as IPSAS, o CFC, optou por convergir as normas brasileiras de maneira escalonada, publicou em 2016 a NBC TSP - Estrutura Conceitual, bem como a primeiras cinco normas convertidas. Em 2017 publicou mais cinco normas convergidas, consolidando o processo das informações contábeis das entidades do setor público.

Nesta linha o Instituto Municipal de Administração Pública está trabalhando na adaptação dos seus sistemas de modo a garantir a convergência às IPSAS, bem como para atender o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP. A seguir, estão os prazos dos PCPs determinados pela Portaria nº 548/2015 e a situação do município em relação aos prazos apresentados aos municípios com mais de 50 mil habitantes.

Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)	Obrigatoriedade (a partir de)	Curitiba
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2021	Implantado
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	2021	Implantado
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	2019	Implantado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	2015	Implantado
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	2020	Implantado parcialmente
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	2020	Implantado parcialmente
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	2020	Bens Móveis - Implantado; Bens Imóveis – Ajustando Sistemas
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	2023	Implantado parcialmente
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	2023	Ajustando Sistema
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2020	Implantado
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2019	Implantado parcialmente
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	2015	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	2016	Implantado parcialmente

14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2021	Fase de estudos
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.	Fase de estudos
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	2020	Implantado parcialmente
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	2022	Implantado parcialmente
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.	Não iniciado

Para o exercício de 2021, apresentaram-se como desafios ao Município de Curitiba o processo de consolidação da automação de registros contábeis dos procedimentos patrimoniais já implementados, a disponibilização das alterações do sistema para o reconhecimento das obrigações com fornecedores por competência, consolidação das alterações para o reconhecimento das férias e décimo terceiro a pagar e seus encargos por competência, depreciação dos bens anteriores a 2011, reavaliação e redução ao valor recuperável de todos os bens móveis e a continuidade das alterações sistêmicas para o reconhecimento e mensuração dos bens imóveis e ativos intangíveis.

4 - MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, sendo demonstrado pelo valor nominal de cada conta.

5 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As disponibilidades estão mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis, sendo as atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Investimentos e Aplicações Temporárias

Referem-se às aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade e estão registradas pelos valores de custo, acrescidas das atualizações até a data das demonstrações financeiras. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. Correspondem principalmente aos investimentos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

d) Estoques

Referem-se aos valores dos bens adquiridos pela entidade com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades e para distribuição pelo Município em atendimento da sociedade e estão avaliados pelo preço médio ponderados das compras conforme inciso III do Art. 106 da Lei nº 4.320/64.

e) Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade. As participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições ou construção, conforme preceitua o artigo 106, II, da Lei nº 4320/64. Os ganhos e perdas em alienações foram determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado do exercício.

g) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

O Instituto Municipal de Administração Pública, juntamente com o Município de Curitiba está aprimorando os controles patrimoniais afim de definir procedimentos para possibilitar a reavaliação e redução ao valor recuperável dos bens patrimoniais de forma a atender o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP nos prazos determinados pela Portaria nº 548/2015.

h) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação, amortização e exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 01/01/2012 utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida pela Departamento de Patrimônio, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998. Os bens adquiridos até 31/12/2011 estão sendo tratados de forma diferenciada afim de possibilitar os ajustes necessários junto aos órgãos responsáveis.

i) Valores Restituíveis

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros com vencimento até o fechamento do exercício. O registro contábil das retenções ocorre na conta valores restituíveis no momento do pagamento do fornecedor.

j) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas observando ao regime de competência e às NBCs TSP.

k) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

6 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) está apresentado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição, sendo composto pelo Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/64), Quadro das Contas de Compensação e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro segregado por Fonte/Destinação de Recurso.

6.1- Caixa e Equivalente de Caixa

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Banco Conta Movimento	423.714,06	449.372,18
Aplicações Financeiras	2.908.516,61	2.837.955,48
TOTAL	3.332.230,67	3.287.327,66

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

Os valores do caixa e equivalentes de caixa contemplam o numerário e os ingressos nas contas correntes bancárias para aplicação nas operações da entidade, e ainda os depósitos restituíveis que são ativos financeiros de natureza extra orçamentárias e que representam entradas transitórias, visto que em momento posterior os valores serão devolvidos aos respectivos depositantes.

6.2 – Demais Créditos a Receber

Demais Créditos estão avaliados pelo valor de recebimentos, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Créditos	342.996,15		342.996,15	162.165,58		162.165,58
TOTAL	342.996,15		342.996,15	162.165,58		162.165,58

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

a) Outros Créditos

Referem-se a faturas a receber de servidores à disposição de outros órgãos, faturas referentes a cobrança de taxa de administração de estagiários do Município de Curitiba e fatura referente a cobrança de pró-labore dos seguros dos servidores. A baixa desses valores ocorrerá pelo pagamento devido, o que normalmente ocorre mensalmente.

6.3 – Estoques

A Prefeitura Municipal de Curitiba está incluindo gradativamente a contabilização dos estoques existentes no município de forma a atender o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP nos prazos determinados pela Portaria nº 548/2015. Atualmente somente o saldo de combustíveis e medicamentos (FMS) estão sendo contabilizados, sendo previsto para os exercícios seguintes a sistematização e acompanhamento dos demais almoxarifados existentes no município.

6.4 – Bens Móveis e Depreciação

Os critérios para cálculo da depreciação dos bens móveis são apresentados no quadro a seguir:

Descrição	Parâmetro
Bens móveis adquiridos e postos em operação até 31/12/2011	Não realizado. Avaliando procedimentos para inclusão nos controles patrimoniais.
Bens móveis adquiridos e postos em operação a partir de 01/01/2012	Método das cotas constantes. Vida útil definida com base na Instrução Normativa SRF nº 162/1998.

6.5 – Marcas, Direitos e Patentes

São valores referente ações vinculadas a direitos de linhas telefônicas.

6.6 – Patrimônio Líquido

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
RESULTADOS ACUMULADOS		
Superávit/Déficit do Exercício	0,00	0,00
Superávit/Déficit do Exercícios Anteriores	22.892.001,28	11.676.168,64
Ajustes de Exercícios Anteriores		
TOTAL	22.892.001,28	10.756.651,06

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

a) Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial no exercício de 2020, apresentado no Demonstrativo Consolidado das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas, foi um Superávit patrimonial de R\$ 214.492,78.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA	-17.373.245,84	-16.058.407,55
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD	17.158.753,06	16.975.925,14
= Resultado Patrimonial do Exercício	214.492,78	917.517,59

Fonte: Sistema de Gestão Pública (SGP)

6.7 – Quadro das Contas de Compensação

O Quadro das Contas de Compensação “compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contra garantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

7 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário (BO), de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição.

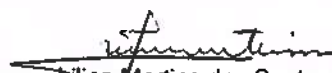
O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

10 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra orçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra orçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.


Lilian Martins dos Santos

CRC PR 041992/O-6

INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – IMAP RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO DE 2020

1. Normatização

O Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP é uma autarquia, órgão administrativo autônomo, criado por lei específica, com personalidade jurídica de direito público interno, patrimônio próprio, atribuições específicas vinculadas à Prefeitura Municipal de Curitiba, que tem por finalidade fomentar a melhoria da capacidade de governo da Prefeitura de Curitiba por meio do desenvolvimento, disseminação e implementação de instrumentos e metodologias contribuindo para a transformação da sociedade.

A Constituição Federal de 1988 determina a criação do Sistema de Controle Interno que deve ser mantido, de forma integrada, por cada um dos poderes da Federação (Legislativo, Executivo e Judiciário). Uma das funções estabelecidas para o representante do Controle Interno é apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional, informando ao Tribunal de Contas qualquer irregularidade ou ilegalidade identificadas na gestão dos recursos públicos, sob pena de responsabilidade solidária (art. 70 e art.74, IV, § 1º- CF/88).

A Controladoria no Município de Curitiba foi criada em dezembro de 2000 para atendimento à Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Em 11/12/2000, foi encaminhada à Câmara a Mensagem nº 35 do Projeto de Lei nº 05.00121.2000, aprovada por meio da Lei Municipal nº 10.130, de 28 de dezembro de 2000, e desde então vem contribuindo para a aplicação dos princípios constitucionais estabelecidos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, este último, sendo tratado de forma especial na avaliação dos Programas governamentais instituídos no Plano Plurianual (PPA).



O Decreto Municipal nº 1991, de 10 de novembro de 2017, institui o Controlador em Finanças como representante do Controle Interno do Executivo Municipal até a implantação da Controladoria Geral do Município e cria a Comissão de Implantação da Controladoria Geral do Município.

A Portaria nº 25 de 21 de dezembro de 2017 estabeleceu os procedimentos o encaminhamento de informações pelos órgãos da Administração Direta e Indireta inerentes à prestação de Contas do Executivo Municipal.

Nas entidades que compõem a Administração Indireta a execução, a consolidação das informações e acompanhamentos referentes às atividades de Controle Interno, são de responsabilidade dos Dirigentes e seus respectivos Diretores Administrativo-Financeiros nas autarquias e demais entidades, ou Superintendentes nos casos de Órgãos que são responsáveis pelo gerenciamento de Fundos.

Conforme o disposto na Portaria nº 14/2008 – SMF de 06/11/2008 ficam designadas os dirigentes dos Órgãos e Entidades da Administração Indireta (Fundos, Fundações, Autarquias e demais entidades) responsáveis pela designação e cadastro junto ao Tribunal de Contas do Estado TCE de representante do Sistema de Controle Interno no âmbito do Órgão/Entidade, para análise e certificação da Prestação de Contas relativa ao exercício financeiro.

O IMAP indicou como representante do Controle Interno os servidores:

- 2008, o servidor Antenor Altevir Ferreira dos Santos – matrícula 88.057, designado pela Portaria n. 81/2008 – IMAP;
- 2009, as servidoras Walkiria Wiziack Zauith de Pauli – matrícula 84.971, Márcia Schlichting – matrícula 35.487, Elaine Rossi Ribeiro – matrícula 80.319, designadas pela Portaria n. 79/09 – IMAP;
- 2010, a servidora Márcia Schlichting – matrícula 35.487, designada pela Portaria n. 70/10 – IMAP;
- 2011, as servidoras Marilyn Padoan – matrícula 80.201, Márcia Schlichting matrícula 35.487, designadas pela Portaria n. 50/11 – IMAP;
- 2012, a servidora Marilyn Padoan – matrícula 80.201, designada pela Portaria n. 45/12 – IMAP;



- 2013, a servidora Marilyn Padoan – matrícula 177.640, designada pela Portaria n. 27/2013 – IMAP
- 2014, a servidora Marilyn Padoan – matrícula 177.640, designada pela Portaria n. 27/2013 – IMAP, Tony Lincoln Malheiros – matrícula 77.631, designado pela Portaria n. 63/2014 – IMAP;
- 2015 e 2016, o servidor Tony Lincoln Malheiros – matrícula 77.631, designado pela Portaria n. 63/2014 – IMAP;
- 2017 a abril de 2020, a servidora Simone Camargo NadoIny – matrícula 80.394, designada pela Portaria n. 24 /2017 – IMAP;
- Maio de 2020 a dezembro de 2020, a servidora Cintia Cargnin Cavalheiro Ribas – matrícula 80.4025, designada pela Portaria n. 34/2020 – IMAP.

2. Qualificação do(s) responsável(is) pelo Controle Interno no exercício de 2020 e pela emissão deste relatório

1º CONTROLADOR	
Nome: Cintia Cargnin Cavalheiro Ribas	CPF: 032.829.939-19
Período de responsabilidade: 2020	
Servidor ocupante de cargo efetivo?	(X) SIM () NÃO
Nome do cargo efetivo ocupado: Profissional do Magistério	
Origem do Servidor:	() Próprio (X) Cedido
Formação (*): Mestre em Desenvolvimento de Tecnologias	

(*) Apresentar documentação comprobatória, como diploma, e outros cursos na área de Controle Interno.

3. Relação de Servidores

O IMAP devido a sua estrutura mantém, apenas um representante de Controle Interno cadastrado no Sistema.

10

4. Atividades desenvolvidas pelo Controle Interno no exercício de 2020.

Nº	Período avaliado	Setor	Ações/Pontos de Controle	Metodologia Utilizada *	% ou amostra avaliada	Conclusão
1	01.01.20 a 31.12.20	RH	Acompanhamento bimestral da Folha Pagamento	Verificação do relatório da Folha de Pagamento	6 relatórios da folha de pagamento avaliadas	Valores executados dentro do orçamento programado
2	01.01.20 a 31.12.20	Financeiro	Acompanhamento mensal do comportamento das despesas fixas e variáveis do IMAP	Análise a partir de planilhas e gráficos do estudo de viabilidade do IMAP	9 relatórios analisados	Despesas realizadas dentro do orçamento programado
3	01.01.20 a 31.12.20	Estágio	Acompanhamento bimestral da Folha de Pagamento de Estagiários	Verificação do relatório da Folha de Pagamento	6 relatórios da folha de pagamento de Estagiários	Valores executados dentro do orçamento programado (considerando as suplementações ocorridas no período)
4	01.01.20 a 31.12.20	Procedimentos licitatórios/ Contratos	Acompanhamento dos procedimentos licitatórios realizados em 2020	Verificação a partir de relatório do SGP identificando as modalidades utilizadas	Relatório semestral do SGP	Número de processos de dispensa de licitação maior que o número de pregões eletrônicos

5. Considerações relevantes e medidas recomendadas em relação ao item 4

Tendo em vista que os pontos de verificação referentes à Folha de Pagamento, Financeiro e Estágio apresentaram-se dentro do programado pelo IMAP, desta forma, não foram realizados apontamentos ou recomendações. Em 2020 manteve-se a orientação do Controle Interno, apontada em exercício anterior, para que o Instituto faça o planejamento de suas compras de forma a agrupar itens a serem adquiridos, vez que, atualmente estes são comprados de forma individual, o que acarretará na redução dos procedimentos de dispensa de licitação, proporcionando maior apazibilização para o atendimento às demandas do IMAP.

MC

6. Síntese das avaliações

O quadro de procedimentos deve conter ao menos as situações já indicadas abaixo, podendo cada item/assunto ser subdividido conforme as situações verificadas pelo Controle Interno.

Procedimentos Realizados (*)	Avaliação (**)	Considerações Relevantes pgs.
Planos e Políticas de Governo		
Cumprimento das Metas contidas no Plano Plurianual	Regular	p. 5
Eficácia da aplicação das políticas de governo	Regular	p. 6
Estimativas da receita em bases conservadoras	Regular	p. 6
Adequação da LOA ao PPA e à LDO		
Diretrizes contidas na LDO	Regular	p. 6
Ações e programas do PPA previstos para o período	Regular	p. 6
Execução Orçamentária		
Programação financeira e congelamento de dotações	Regular	p. 7
Alterações Orçamentárias		
Créditos Suplementares	Regular	p. 7
Créditos Especiais	Não se aplica	p. 7
Subvenções Sociais Concedidas		
Propriedade na concessão - Interesse público	Não se aplica	p. 7
Aplicação dos recursos - Prestações de Contas	Não se aplica	p. 7
Convênios e Auxílios recebidos		
Aplicação dos recursos - Prestações de Contas	Regular	p. 8
Obras e Serviços de Engenharia em andamento		
Procedimento licitatório e contrato	Não se aplica	p. 8
Entrega do objeto do contrato	Não se aplica	p. 8
Obras e Serviços de Engenharia concluídas		
Procedimento licitatório e contrato	Não se aplica	p. 8
Entrega do objeto do contrato	Não se aplica	p. 8
Compras e Serviços		
Procedimentos Licitatórios	Regular	p. 8 e 9
Dispensas de Licitação	Regular	p. 9
Contratos e Aditivos	Regular	p. 10
Entrega do Objeto do Contrato	Regular	p. 10
Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas		
Fidelidade dos dados enviados ao Tribunal em relação aos registros da:		
- Contabilidade (Orçamentária, Financeira e Patrimonial)	Regular	p. 10
- Diário da Contabilidade	Regular	p. 11
- Arrecadação e o Diário de Arrecadação	Regular	p. 11
- Tesouraria e o Diário de Tesouraria	Regular	p. 11
- Licitações e Contratos	Regular	p. 11
- Obras públicas	Não se aplica	p. 11
- Convênios e Auxílios Recebidos	Regular	p. 11
- Subvenções e Auxílios Concedidos	Não se aplica	p. 12
- Lei de Responsabilidade Fiscal	Regular	p. 12
- Informações Anuais	Regular	p. 12
- Bens Patrimoniais em relação ao inventário	Regular	p. 12

(*) Programa mínimo indicado pelo Tribunal e Contas

(**) Avaliação = Regular ou Irregular, ou Ressalva

Planos e Políticas de Governo

6.1. Cumprimento das metas contidas no Plano Plurianual

As metas do IMAP estabelecidas no Plano Plurianual do Programa Viva Curitiba Transparente são acompanhadas quadrimestralmente.

6.2. Eficácia da Aplicação das Políticas de Governo

As ações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias foram executadas conforme previsão utilizando aproximadamente a totalidade do orçamento anual do IMAP. O orçamento anual do IMAP representa 0,22% do orçamento do Município.

O orçamento anual inicial era de R\$ 18.548.000,00 e após suplementações de recursos do tesouro e próprios (superávits financeiros) no montante de R\$ 2.358.209,33, o IMAP encerrou o exercício com orçamento final de R\$ 20.906.209,33. Deste foram empenhados R\$ 17.316.910,54 com execução de aproximadamente 93,36% (considerando a abertura de superávit em relação ao orçado inicial) do orçamento final do exercício de 2020. O fechamento por fontes de recursos obteve resultado positivo em todas as fontes de recursos do IMAP.

6.3. Estimativas da Receita em Bases Conservadoras

A receita projetada para 2020 foi de R\$ 3.660.000,00 e a receita arrecadada foi de R\$ 3.815.174,85. A receita realizada pelo IMAP em 2020 é compatível com o previsto no PPA.

Adequação da LOA ao PPA e à LDO

6.4. Diretrizes contidas na LDO

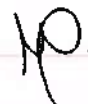
Atendidas conforme determinação legal.

As diretrizes contidas na LDO estão adequadas a LOA. Foram monitoradas mensalmente pelo IMAP. As receitas e despesas do exercício de 2020 estão compatíveis com a LDO e o PPA.

6.5. Ações e Programas do PPA previstos para o Período

As ações e programas do PPA previstos para o exercício de 2020 estão adequadas à LDO e LOA e foram atendidas conforme previsão legal.

Todas as ações criadas se deram mediante a Lei e a adequação relatada pelo gestor, ficando demonstrada a regularidade do item.



Execução Orçamentária

6.6. Programação Financeira e Congelamento de Dotações

A programação financeira foi executada com eficácia e eficiência, tendo em vista que o Instituto empenhou dentro das respectivas competências todas as despesas, no entanto, conforme Portaria n. 01/2020 – SMF houve o contingenciamento no exercício de 2020. Foram contingenciados os valores de R\$ 865.000,00 da folha de pagamento e R\$ 165.000,00 de outras despesas correntes na fonte 001, totalizando o valor de R\$ 1.025.000,00.

Destaca-se que não foram detectadas divergências e foi demonstrada a regularidade quanto aos procedimentos adotados.

Alterações Orçamentárias

6.7. Créditos Suplementares

Os créditos adicionais suplementares foram autorizados por Lei e abertos por Decreto do Executivo. Todos os créditos adicionais suplementares abertos pelo IMAP se enquadram no artigo 4º, 5º e 6º da Lei 14.781/2015.

6.8. Créditos Especiais

Não foram abertos créditos especiais no exercício de 2020.

Subvenções Sociais Concedidas

6.9. Propriedade na Concessão – Interesse Público

O item não se aplica pela inexistência de subvenções sociais concedidas.

6.10. Aplicação dos Recursos – Prestações de Contas

O item não se aplica pela inexistência de subvenções sociais concedidas.



Convênios e Auxílios Recebidos

6. 11. Aplicação dos Recursos – Prestações de Contas

O convênio em vigência foi formalizado entre o Instituto Municipal de Administração Pública e Fundação da Universidade Federal do Paraná – FUNPAR 19/11/2020 e a gestão de recursos é feita pela FUNPAR.

Obras e Serviços de Engenharia em Andamento

6.12. Procedimento Licitatório e Contrato

O item não se aplica ao Instituto pela inexistência da atribuição de obras e serviços de engenharia.

6.13. Entrega do Objeto do Contrato

O item não se aplica ao Instituto pela inexistência da atribuição de obras e serviços de engenharia.

Obras e Serviços de Engenharia Concluídas

6.14. Procedimentos Licitatórios e Contratos

O item não se aplica ao Instituto pela inexistência da atribuição de obras e serviços de engenharia.

6.15. Entrega do Objeto do Contrato

O item não se aplica ao Instituto pela inexistência da atribuição de obras e serviços de engenharia.

Compras e Serviços

6.16. Procedimentos licitatórios

Os procedimentos licitatórios realizados atenderam aos requisitos da Lei n. 8666/1993, bem como à normativa do Município de Curitiba, Decretos n. 1.235/2004,

2.038/2017. E, no exercício de 2020, com vistas ao Decreto n. 610/2019, os procedimentos licitatórios na modalidade de pregão eletrônico, dispensa e inexigibilidade conforme artigos 24 e 25 da 8.666/93, foram realizados.

Foram designados como pregoeiros do Instituto Municipal de Administração Pública por meio da Portaria nº 09/2020, os servidores Andrea Mara Silva matrícula 80.308, Consuelo Hascaska dos Santos matrícula 80.197, Demilson Graciliano matrícula 80.427 e Suely de Fátima Freire Costa matrícula 80.436.

Durante o ano de 2020, realizaram-se aquisições e contratações para atender as diversas demandas do Instituto.

Os procedimentos licitatórios foram executados pelos pregoeiros oficialmente nomeados, utilizando-se exclusivamente do sistema de compras do Município de Curitiba, denominado e-compras. Os Editais foram analisados e ratificados pela Assessoria Jurídica deste Instituto. Destaca-se que os contratos oriundos dos processos de licitações são regidos pelos requisitos legais conforme sua especificidade.

O IMAP realizou dois (2) processos licitatórios na modalidade de Pregão Eletrônico. O valor estimado para início dos processos de compra totalizou R\$ 79.066,67 e ao final fechou em R\$ 51.080,00 representando uma economia de aproximadamente 35% do valor inicial; e vinte e dois (22) processos na modalidade Inexigibilidade, totalizando R\$ 82.060,00.

6.17. Dispensa de Licitação

Em 2020, o IMAP realizou nove (09) processos de dispensa de licitação, duas (02) dispensas eletrônicas, seguindo os critérios da Lei 8.666/93.

Designados por meio da portaria nº 08/2020, os servidores Andrea Mara Silva matrícula 80.308, Consuelo Hascaska dos Santos matrícula 80.197 e Suely de Fátima Freire Costa matrícula 80.436 como responsáveis pela inclusão de dados no Sistema de Gestão Pública, nos processos do IMAP de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação conforme artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93.

MO

6.18. Contratos e Aditivos

Os contratos e aditivos foram formalizados obedecendo aos critérios da Lei nº 8.666/93, os quais designam cada qual o seu Gestor e Suplente, como prevê o Decreto Municipal nº 610/2019. A delegação da atribuição de aplicar sanções administrativas aos contratados e conveniados ou quaisquer outros que celebrem ajustes com o Instituto, na ausência do Presidente é do Diretor Administrativo-Financeiro, conforme Portaria n. 63/2017.

6.19. Entrega do Objeto do Contrato

O recebimento de materiais e serviços é realizado pelo gestor responsável pela solicitação do bem ou serviço de acordo com o informado nos processos que deram origem à aquisição.

Sistema de Informações Municipais do Tribunal de Contas

Fidelidade dos Dados Enviados ao Tribunal em relação aos registros da:

6.20. Contabilidade (orçamentária, financeira e patrimonial)

- Conciliação bancária efetivada com regularidade;
- Controle das contas correntes e aplicações financeiras através de fluxo de caixa;
- Verificação da comprovação da Regularidade Fiscal das empresas fornecedoras do Instituto, compostas por: Certidão de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como a Regularidade para com a Previdência Social e FGTS; e o atestado dos gestores dos contratos quando da entrega das mercadorias e ou serviços.
- A contabilidade atende aos PCASP.
- Os dados constantes no sistema utilizado para a contabilidade são os mesmos enviados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná em arquivos eletrônicos para atender ao SIM – AM.



6.21. Diário da Contabilidade

Conferências e validações extraídas dos sistemas SGP e SIM-AM dos módulos de execução orçamentária, financeira, patrimonial, tesouraria e contabilidade.

6.22. Arrecadação e o Diário de Arrecadação

As informações são repassadas para o setor de Contabilidade pelas unidades de Seguro, Estágio e Recursos Humanos do IMAP e seu controle é realizado por meio de conciliações bancárias e planilhas. São realizadas conferências mensais entre SGP e SIM-AM.

6.23. Tesouraria e o Diário da Tesouraria

São realizados controle das contas correntes e aplicações financeiras através do fluxo de caixa, conferência de boletins de pagamentos e validação entre o arquivo dos sistemas SGP e SIM-AM.

6.24. Licitações e Contratos

São realizados controle dos Contratos e das licitações inseridas no SGP e validação entre os sistemas SGP e SIM-AM.

6.25. Obras Públicas

Não foram realizadas obras públicas no exercício de 2020.

6.26. Convênios e Auxílios recebidos

O convênio em vigência foi formalizado entre o Instituto Municipal de Administração Pública e Fundação da Universidade Federal do Paraná – FUNPAR 19/11/2020 e a gestão de recursos é feita pela FUNPAR.



6.27. Subvenções e Auxílios concedidos

Não foram realizados Subvenções e Auxílios Concedidos no exercício de 2020.

6.28. Lei de Responsabilidade Fiscal

Os limites estabelecidos na LRF foram cumpridos por este Instituto.

6.29. Informações Anuais

As informações referentes aos fechamentos anuais mantêm consistência com os arquivos do SIM-AM.

6.30. Bens Patrimoniais em Relação ao Inventário

A cada ano a comissão de Gestão de Patrimonial, realiza o levantamento comparativo dos bens físicos do Sistema de Gestão Patrimonial com os lançamentos contábeis e realiza os ajustes necessários conforme bens móveis existentes e de acordo com o Decreto Municipal nº 210 de 04 de abril de 2014.

Os bens inservíveis foram encaminhados a Comissão de Baixa Patrimonial para deliberação quanto a baixa patrimonial e posterior lançamento no Sistema de Gestão Patrimonial.

7. Considerações relevantes e medidas recomendadas quanto ao Item 6 do relatório

1. Os arquivos do SIM-AM 2020 do Instituto Municipal de Administração Pública foram todos encaminhados ao Tribunal de contas do Estado e o fechamento ocorreu dentro do prazo legal estabelecido.
2. Procedida orientação à equipe de pregoeiros para que em 2021 que a meta de redução de compras por meio de Dispensa de licitação a partir da elaboração de um planejamento de aquisição de itens de forma que os mesmos sejam adquiridos por outras modalidades de licitação conforme suas especificidades, deverá ser mantida para 2021.

140 12

8. Demais ações desenvolvidas

Devido ao período de pandemia de COVID-19 e com vistas à Lei Municipal n. 764/2020 e Decreto Municipal 13.979/2020, o IMAP procedeu contato com os prestadores de serviços contratados, buscando a redução dos valores contratuais durante o período em que perdurar a pandemia. Obtiveram-se resultados positivos quanto às reduções, atendendo aos dispositivos legais, o que está demonstrado no quadro que segue.

QUADRO – JUSTIFICATIVA DE MANUTENÇÃO DE VALORES CONTRATUAIS

Nº Contrato	Objeto	Medida	Justificativa
620/2019	Locação de 05 máquinas de reprografia.	- Análise contratual e posterior contato para verificação de planilha de custos, bem como quanto à adesão de programas governamentais, observando-se os impactos tangíveis da adesão que justificaria uma redução de valores contratuais.	Devido ao objeto do contrato e os insumos do mesmo terem referência no valor do dólar e tendo em vista a permanência de utilização dos recursos, após revisão o manteve-se o valor contratado.
649/2018	Prestação de serviço de banco do Brasil para pagamento aos favorecidos indicados pelo contratante compreendendo pagamentos a fornecedores e outros pagamentos diversos.	- Análise contratual e posterior verificação do pacote de serviços.	As tarifas contratuais de manutenção de conta de pessoa jurídica não poderão ser reduzidas, pois o valor está atrelado ao pacote de serviços necessários à execução de demandas contínuas, que com o ajuste reduziram os itens do pacote.
582/2018	Apólice de seguros estagiários.	- Análise contratual, no entanto não é possível a aplicação de	O valor é fixo por estagiário incluso

		redução, tendo em vista o objeto do contrato.	na apólice, não sendo possível a redução de valores para atendimento da cobertura, sendo que o valor mensal é variável, considerando o número de estagiários cobertos pela apólice.
527/2014	Locação do imóvel referente aos conjuntos 1001,1002,1003 torre A e 1004 torre B localizados no Edifício Delta Corporate Building no 10º andar para o período de 12 meses com utilização do índice de 5,56% o qual reflete o INPC calculado pelo Banco Central.	- Análise contratual e posterior contato para verificação de planilha de custos, bem como quanto à adesão de programas governamentais. Solicitou-se a negociação de valores, no entanto, por se tratar de patrimônio do IPMC não pode ocorrer por parte do contratado a renúncia de receita previdenciária.	Os espaços objeto do contrato de locação são utilizados para o desempenho das atividades do IMAP.
DS/2020 N°03	Apólice Complexo Barigui	- Análise contratual, no entanto não é possível a aplicação de redução, tendo em vista o objeto do contrato	Tendo em vista o objeto do contrato, não há variação de valores a serem aplicadas.
648/2018	Serviços de solução global para implantação e operação da central de monitoramento dos serviços públicos da PMC.	- Análise contratual e posterior contato para verificação de planilha de custos, bem como quanto à adesão de programas governamentais, observando-se os impactos tangíveis da adesão que justificaria uma redução de valores contratuais. - Indeferimento da solicitação de reajuste contratual de 2,54%, no valor de R\$54.352,67	O contrato será mantido com o indeferimento do reajuste solicitado pela empresa para reequilíbrio.
700/2020	Prestação de serviço de lavanderia	- Análise contratual. - Redução de demanda encaminhada.	O contrato será mantido, porém, por se tratar de

			pagamento por demanda, o IMAP procederá a redução na utilização dos serviços.
--	--	--	--

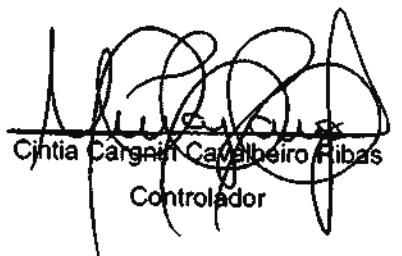
MP

PARECER DO DIRIGENTE DO CONTROLE INTERNO
AVALIAÇÃO DA GESTÃO
(PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL 2020)

Tendo em vista o trabalho de acompanhamento e fiscalização aplicado e conduzido por este Órgão de Controle Interno no exercício financeiro de 2020, no INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em atendimento às determinações legais e regulamentares, e subsidiado no resultado consubstanciado no Relatório de Controle Interno que acompanha este Parecer, concluímos pela **REGULARIDADE** da referida gestão, encontrando-se o processo em condições de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, levando-se o teor do referido Relatório e deste documento ao conhecimento do Responsável pela Administração, para as medidas que entender devidas.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Curitiba, 08 de março de 2021.



Cintia Cargnin Cavalheiro Ribas
Controlador